

COMO SE CHEGA A CATEDRÁTICO?

Como é que se chega a catedrático?

Como é que os "guardiões do saber" chegaram ao seu posto?

1º caso - Almeida Costa

Já há alguns anos, o Governo expulsou um grande número de professores universitários, acusando-os de tomarem posições que não acertassem com as suas.

Entre eles contava-se o, então, professor de Matemática da Faculdade de Ciências do Porto, Ruy Luís Gomes.

Os seus assistentes, num protesto unânime, recusaram-se a candidatar-se ao seu lugar.

O, então Ministro da Educação, Figueiredo Lima tinha um amigo ideal para o lugar: um sujeito que seria capaz de ocupar o lugar de todos os outros e repugnam. E quem era ele? O nosso "querido" Director Almeida Costa.

Vai então este para a Alemanha, estudar Física Matemática (curso que na altura era dirigido por Max Planck). Tendo chumbado no curso, decide tirar então um mini-curso de Álgebra Linear.

Chegado a Portugal, vai ocupar o lugar do Profe. Ruy Luís Gomes que, incompetente como era, vai dirigir o maior centro matemático da América do Sul.

O Almeida Costa, pelo contrário, é expulso, sucessivamente, dos lugares que pretenda ocupar. Do Porto passa para Coimbra; daí para o Técnico, e, assim chegou ele à Faculdade de Ciências.

Assim nasceu a cadeira de Álgebra Linear.

Assim se formou mais um catedrático.

1ª Conclusão: Para se chegar a catedrático, é necessário servir dócilmente as autoridades, evitando-se a encobrir as suas arbitrariedades.

2ª Conclusão: Para se chegar a catedrático, não é necessário perceber bastante de Física, de Matemática, etc... Basta ter relações com o Governo.

3ª Conclusão: Apesar de, por vezes, o sistema de selecção de Catedráticos ter falhas (caso do Ruy Luís Gomes, de outros, e actualmente do Francisco Pereira de Moura (1)), rapidamente o Governo "põe as coisas no seu lugar".

2º caso

a) Desde há dois anos para cá que as RGAs são feitas quase exclusivamente na sala A. Mas, no ano passado, havia um profe que, a todo o custo, tentava que as RGAs não fizessem, ameaçando os alunos da sala que dava (precisamente na sala A), com afixação de matéria - esse profe chamava-se Renato Leal.

b) As "precedências" foram inventadas para nos dificultar os exames. Elas obrigam

-nos a fazer primeiro umas cadeiras e só depois outras; impedem-nos de frequentar cadeiras, impondo-nos o chumbo obrigatório, etc... Existe contudo um profe da secção de Química que não se sente satisfeito com as precedências que já existem, obrigando, à margem da lei, a uma precedência especial para a "sua" cadeira. Este profe chama-se Renato Leal.

c) Os colegas suspensos foram denunciados, muitos deles por profes. Entre estes, destacou-se, pelo seu especial penho, um profe de Física Química. Foi ele que denunciou, pelo menos, o Celestino (que posteriormente foi incorporado compulsivamente no Vêncito colonial) e, chegou a apresentar a proposta de "suspensão colectiva do 4º Ano de Química-Física". Este professor chama-se Renato Leal.

(1) o professor de Económicas F. P. de Moura, foi expulso da Universidade por um decreto-lei, visto se encontrar entre o grupo de pessoas que no Rato, discutia a guerra colonial, tomando posição contra ela, e chamando (com a greve da fome) a atenção para esse problema do Povo Português.

sumário:

Como se chega a CATEDRÁTICO	1
Criados os VIGILANTES	3
Sobre os acontecimentos do RATO	4
Noticiário Interno	5
Noticiário Federativo	6

d) Há alguns meses abriu um concurso para catedrático na secção de Química. Este concurso foi mantido secreto, só sendo avisado um professor. Mal ele se inscreveu, imediatamente o concurso fechou.

Como único candidato foi proclamado Catedrático. Ele chama-se Renato Leal.

4ª Conclusão: Quem quer chegar a catedrático, deve lambar as botas aos catedráticos já formados; comportar-se policialmente; "bufar" sempre que puder; impor um autoritarismo férreo nas suas aulas.

3º caso

O Dionísio, professor da secção de Matemática, foi elevado a "guardião do saber" por convite.

Nem "concurso" nem "aldrabice" (como o Renato), simplesmente POR CONVITE!

5ª Conclusão: Aqueles que, nem são capazes de apresentar provas, mesmo como únicos candidatos (como o Renato) o Governo dá ainda uma oportunidade... Basta que seja obediente e zeloso, como o Dionísio.

4º caso

O Guerreiro já se está a fazer ao "tabho". Do ano passado para cá, mudou-se-lhe a face. Agora, na sua aula, defende intransigentemente as decisões do CE. Em longas prédicas, defende as "entradas da polícia", as atitudes do director, etc.

6ª Conclusão: Não nos espantemos de ver o Guerreiro, em catedrático, daqui a pouco tempo.

5º caso

A Maria Teresa Barahona de Lemos de Menezes Ferreira é professora extraordinária (não pode haver catedráticos em De senho). Para chegar até lá, não teve que "suar" muito.

Sendo filha do Director da Faculdade (quando fez o curso) os professores da menina repetiam-lhe os exames, diziam

-lhe os pontos, etc..., os seus colegas até chamavam aos dias dos exames repetidos "dia de Santa Teresa"...

(Agora, anda pela sua aula a dizer que fez um "brilhante curso")

Depois, para ser nomeada "professora extraordinária" fez o que pôde:

Colaborou em sucessivas chamadas de polícia, denunciou colegas diretamente à polícia, etc...

7ª Conclusão: Muitos dos "brilhantes cursos" que os professores apregoam, foram tirados como este. Devemos desconfiar das notas que os professores nos apontam como provas do seu saber.

De todos estes exemplos o que devemos concluir?

Poder-se-á pensar, depois da apresentação destes dados todos que o Governo tem especial empenho em colocar "incompetentes" nos lugares de catedráticos. Ora, isto não é verdade.

O Ministério tem interesse em colocar como professores, indivíduos que sejam capazes de dar aulas "decentes", que sejam capazes de ensinar suficientemente bem. Para que da nossa Universidade saiam técnicos bons, para ocupar lugares nas Fábricas, etc...

Mas, o Governo, devido à necessidade que tem de manter as características do Ensino Universitário, dentro de certos limites; como têm a necessidade de impor a Reforma; têm ao mesmo tempo a necessidade de pôr a Faculdade indivíduos seguros, firmes nas suas funções de intransigentes defensores das decisões ministeriais. Sabendo que os estudantes têm lutado contra a aplicação da Reforma, têm necessidade de colocar no CE indivíduos que ltem decididamente contra os estudantes, sem receio de se "queimarem".

Como coordenar estes dois aspectos?

Para resolver esta contradição em que a política do Governo para a Universidade se debate, o Ministério, ao mesmo tempo que manda vir de França, assistentes que, por ele são considerados bons professores, ao mesmo tempo que multiplica os estágios ou cursos de formação-profissional coloca em postos-chave os professores mais "acertadinhos", aqueles que sabem coordenar as aulas com as denúncias, que, par a par com a polícia defendem na Faculdade as decisões do Governo.

Temos que travar a vaga de denúncias que os professores que querem ascender na sua carreira fazem. Temos que denunciar e desmascarar esses denunciadores.

Sejamos intransigentes nesta luta!

Afastemos do nosso meio toda a rede de informadores e denunciadores que se infiltram na turma, na Faculdade.

**DENUNCIEMOS E
DESMASCAREMOS
OS
PROFESSORES
DENUNCIANTES!**

Nos jornais de ontem (dia 17) vem noticiada a publicação no Diário do Governo de um decreto-lei que... "acrescenta a categoria de vigilante ao pessoal auxiliar das estabelecimentos de Ensino Superior". Eis o preâmbulo do Decreto:

...em experiência tem demonstrado que, com o aumento extraordinário da população escolar nos estabelecimentos de ensino, se torna praticamente impossível garantir ao pessoal auxiliar existente o desempenho das atribuições que legalmente lhe estão cometidas.

Por outro lado, este pessoal, em número reduzido, não é suficiente para atuar pela conservação dos edifícios e do mobiliário e para coadjuvar as autoridades académicas na manutenção da ordem e da disciplina de modo a garantir a liberdade de ensino.

Tendo-se verificado que nem sempre a disciplina nos estabelecimentos de ensino superior é mantida em condições de assegurar o regular funcionamento dos trabalhos escolares e a protecção devida a pessoas e bens, as autoridades académicas solicitaram ao Governo a criação de pessoal de vigilância, a constituição do qual se tem verificado em muitos países, para a conservação da manutenção da disciplina académica nos estabelecimentos de ensino superior.

As ditas "Autoridades Académicas", leais servidoras da política do Governo na Universidade, continuam a esmerar-se no cumprimento das suas funções e em mostrar ao Governo que são inteiramente dignas da sua confiança....

Elas sabem perfeitamente, que as suas medidas repressivas de carácter selectivo (suspensões, incorporações) não servem completamente os seus objectivos pois que a "meia dúzia de agitadores" parece que se multiplica....

por isso o Governo determina recentemente que dois anos de chumbo consecutivos é suficiente para justificar a incorporação. Por isso os Un solicitam agora ao Governo a legalização da presença dos gorilas nas Faculdades. Pretendem deste modo impedir qualquer movimentação progressista dos estudantes que ajude os aligeiros.

Era portanto urgente para o Governo alargar os seus quadros policiais dentro das escolas pois realmente os contrários-pides eram poucos para realizarem o trabalho burocrático das secções e ao mesmo tempo andarem pelos corredores e salas a vigiar os estudantes na sua mais íntima actividade privada.... Nós sabemos bem o que isso significa em Portugal: na verdade quando o Manuel, por exemplo, anda pela Faculdade e organizar as suas listas de denúncias... quem faz o trabalho de continuo na Astronomia?...

A concretização que o próprio decreto faz em relação à actividade destes "vigilantes" não nos deixa quaisquer dúvidas quanto às suas intenções. Vejamos:

Os vigilantes que presenciarem ou verificarem infracções disciplinares dentro das áreas de jurisdição dos estabelecimentos de ensino superior onde prestem serviço deverão levantar auto de notícia, o qual mencionará os factos que constituírem a infracção disciplinar, o dia, hora e local e as circunstâncias em que foi cometida, o nome e demais elementos de identificação dos arguidos e, se possível, com a indicação de pelo menos duas testemunhas que possam depor sobre estes factos e, havendo-os, os documentos que possam demonstrá-los.

Os autos levantados nos termos do número anterior serão remetidos à competente autoridade académica e farão até prova em contrário.

tal como alguns profas sobre a sua hierarquia de acordo com a eficácia da sua actividade policial, também neste caso o Governo não despreza o estímulo dos seus novos funcionários. assim o mesmo decreto determina que deve ser-lhes "atribuída" a "remuneração" correspondente à letra S acrescida da gratificação mensal de 500\$00, e que, no caso dos vigilantes que, em cada escola forem incumbidos de dirigir e coordenar as actividades do pessoal de vigilância sob a orientação das autoridades académicas, será atribuída a gratificação mensal de 1000\$00.

Por outro lado o Governo concede grande liberdade aos CEs no que diz respeito ao chamamento rápido dos gorilas para as escolas onde sejam precisos:

Quando as circunstâncias aconselharem, os contratados referidos no número anterior poderão ser autorizados por conveniência urgente de serviço, entrando o candidato em exercício logo após o despacho de nomeação.

Eis a legalização de medidas que já conhecíamos. Na verdade, no ano passado, o nosso director chamou os gorilas de Direito para Ciências de um dia para o outro!

E isto não é tudo. Outros serviços prestados pelos directores (e demais "profa") inspiram confiança ao Governo. Eles são as pessoas ideais para os cargos que desempenham. As suspensões em massa e as indicações de listas para incorporações são a prova disso. O Ministro não quer que falte nada aos seus amigos... É assim:

O ministro da Educação Nacional aprovará, por despacho, e mediante proposta dos reitores ou directores, os regulamentos que se mostrem indispensáveis à execução do presente diploma.

E para terminar em beleza o Governo desmascara-se por completo:

A medida que possam ser dispensados, os vigilantes terão prioridade no provimento de cargos de idêntica categoria existentes em serviços dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Quer dizer: os novos pides não estão lá para "zelar pela conservação dos edifícios, mobiliário e equipamento", "proteger os estudantes" ou "garantir a liberdade do ensino". Isso é apenas uma pretensa justificação do decreto que, de resto, não engana ninguém.

OS GORILAS NÃO SÃO INVENCIÁVEIS!

Apesar da legislação que agora se dá, os gorilas já existiam na Universidade. Estão diariamente em Direito, já estiveram em Ciências. De cá saíram, expulsos por nós.

Os gorilas podem ser peritos em "Karate", Judo; podem ser mais duma dezena, mas, frente a centenas de estudantes nada podem. Apesar de exteriormente serem fortes, oferecerem pancada a pequenos grupos de estudantes, provocarem "à marialva" as raparigas, a sua força quebra-se perante a firme determinação de os expulsarmos das Faculdades. Preparemo-nos para que eles possam voltar para Ciências.

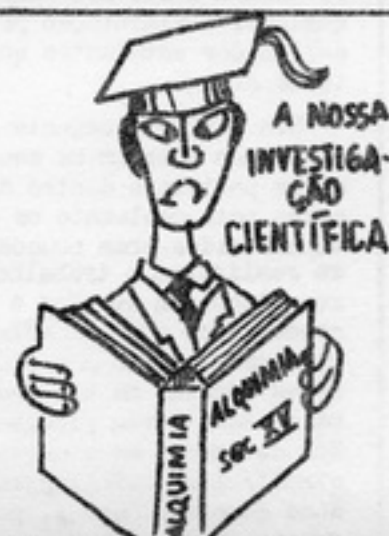
PREPAREMO-NOS PARA OS TIRAR DE CÁ



R.G.A.

TERÇA-FEIRA 23 11H

CONTRA AS INCORPORAÇÕES CONTRA OS PROFS-DENUNCIANTES



PROMETES DENUNCIAR ESTUDANTES E PROFESSORES?
PROMETO!
PROMETES FINGIR-TE "SÁBIO"?
PROMETO!
PROMETES DEFENDER AS NOSSAS ATITUDES E INTERESSES?
PROMETO!
PROMETES SER BOM LACAO SEM REFILAR?
PROMETO!
ENTÃO, MEU FILHO, ÉS CATÉDRÁTICO!

SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO RATO

Tem-se afirmado em diversos lugares, que o governo está interessado em acabar com todo e qualquer movimento progressista. As medidas adoptadas no caso da reunião dos cristãos na capela do Rato são um bom exemplo disso. Foram demitidos dos seus cargos 12 funcionários públicos, sendo dada a justificação de que "Os funcionários públicos têm especiais deveres de lealdade para com o estado que servem", donde o facto de se aprofundarem problemas da guerra nas colónias e suas implicações para o povo português ser considerado "...gravemente atentatório da dignidade de Portugal".

Essas demissões foram feitas ao abrigo do decreto - lei de 1935 "... que permite, independentemente de processos disciplinares, demitir

tir ou aposentar os funcionários"

Verifica-se assim, que qualquer acção desenvolvida quer seja por um movimento associativo, quer seja pelo movimento estudantil em geral quer seja ainda por qualquer grupo de pessoas que se reúna para discutir e resolver os seus problemas, desde que seja uma acção de carácter progressista, encontra sempre uma forte oposição por parte do governo. Esta oposição traduz-se por medidas repressivas tais como: suspensões, expulsões, processos disciplinares, prisões, etc. Senão vejamos: quase todas as AEs se encontram neste momento fechadas, o funcionamento da maioria das cooperativas foi proibido, a direcção da Ordem dos médicos foi suspensa dos seus cargos, etc.



NOTICIÁRIO DE CIÊNCIAS

PORQUE É QUE A RGA SE NÃO REALIZOU

Face à actual situação na Faculdade, os colaboradores decidiram em RCC, realizar a RGA na terça-feira (16/1) para discutir formas de luta a adoptar como resposta às incorporações.

Porém, devido às dificuldades de informação existentes neste momento, na Faculdade - arranque consecutivo de cartazes por parte das autoridades académicas, patrulhamento incessante feito por profs e continuos - devido a inda a falhas de organização que implicam uma saída tardia do IMRCP de convocação, informações nas turmas que não abrangem todos os cursos, etc - não se pôde efectuar a RGA no dia previsto. Assim decidiu-se adiá-la até terça-feira seguinte (23/1/73), possibilitando uma maior e mais completa informação.

Mas, para que essa informação atinja realmente todos os estudantes, é necessário que nos organizemos de maneira a que sejam garantidas informações em todos os anos de todos os cursos, que os IM - PROPS saiam com a regularidade necessária e sejam distribuídos em todas as aulas, que sejam garantidos o maior número possível de cartazes nas horas de saída das aulas.

As estruturas que garantem esta organização a nível de cursos são as C.C. Temos de consolidar a nossa organização se queremos responder de maneira correcta às tentativas que o Governo tem vindo a desenvolver com o fim de nos impedir de lutar pelos nossos interesses.

NOTICIÁRIO FEDERATIVO (cont)

ECONÓMICAS

Nesta escola, acabaram-se os exames relativos ao ano lectivo de 71/72. Já estamos em Janeiro, e as aulas ainda não começaram - note-se que para esta decisão do Governo não foram consultados os estudantes.

Está marcada para o dia 25 uma RGA cuja ordem de trabalhos se fundamenta na discussão da exigência, por parte dos alunos, do começo das aulas.

Em Meeting, realizado no dia 12, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes moções:

- Solidariedade e apoio aos cristãos que se reuniram na capela do Rato, visto tratar-se duma atitude justa e esclarecida relativa à guerra colonial imposta ao povo.

- Apoio aos presos progressistas que desenvolveram uma luta de solidariedade com a greve de fome do advogado moçambicano, Domingos Arouca, que se encontra ainda preso em Peniche, em 3ªs medidas de segurança, apesar de estas já terem sido abolidas.

- Não deixar cair no esquecimento a corajosa atitude e consequente assassinio de Ribeiro Santos.

Encontra-se ainda detido em Caxias o estudante:

Pedro Campos Alves

ISCSPU

No ISCSPU o CE tenta impedir toda e qualquer espécie de informação mandando os continuos arrancar cartazes e vigiar os estudantes que se procuram organizar para tomar posições de luta face aos problemas levantados pela aplicação da Reforma nesta Escola, ameaçando os estudantes mais activos com suspensões, processos disciplinares etc...

Os alunos reunidos em RGA decidiram formas de luta a adoptar para garantirem a livre informação e a possibilidade de resolverem os problemas levantados pela Reforma.

AGRONOMIA

Em Agronomia, os estudantes desenvolvem um trabalho cultural em volta do tema da FOME e SUBDESENVOLVIMENTO - suas verdadeiras causas, trabalho este destinado a desmistificar as ideias existentes segundo as quais tem sempre de existir, ligando isto ao problema dos estratos sociais, à existência dum classe que, na maior parte do mundo domina a produção, dirigindo-a em seu benefício.

Com o mesmo fim, projecta-se na sexta-feira um filme que será seguido de discussão.

TÉCNICO

Cumprindo o que fora decidido em RGA, os estudantes do Técnico fizeram no dia 27 uma concentração, na aula do professor e director Salles Lúcia. Os mil estudantes que ali se reuniram pretendiam ser ouvida a respeito da posição do seu director escolar relativamente a três pontos essenciais:

- Legislação Militar e reacção daspercho do MEN (relação, portanto, com a guerra da Guerra Colonial) e suas consequências: incorporação compulsiva de 7 estudantes entre os quais 3 do Técnico.

- Afixação de programas mínimos e marcação de exames sobre matérias não dadas (casseja, explicadas às vitrines e não aos alunos), como tentativas das autoridades de acelerarem o ritmo da actividade escolar e de intimidarem pessoal, diminuindo o grande mobilização existente.

- Existência, ou não de testes eliminatórios.

A tudo isto o Sr Salles Lúcia se recusou a responder, utilizando apenas afirmações muito vagas e ambíguas - "o CE não tem nada a ver com as incorporações; é o Ministério da Defesa que pede as listas"

- no entanto, sabe-se que foi o MEN que mandou para o M.do Exército a lista dos suspensos, a serem incorporados no Exército, devido ao seu "mau comportamento académico".

Também a questão da afixação da matéria contribuiu para o desmascaramento do director frente a mais de oito centenas de estudantes.

Como subterfúgio a todas as perguntas, o director utilizava invariavelmente o lema: "Cooperação e respeito mútuo". Qual cooperação? Qual respeito? Referir-se-á ele à ilegalidade dos processos disciplinares, e às incorporações compulsivas, ou à afixação de matéria não explicada ou a quê?...

MEDICINA

No dia 9 realizou-se uma RGA com cerca de 2000 estudantes, onde se discutiu o segredo a dar à luta que se vem travando acerca de 3 meses pela reintegração de estudantes suspensos e pela aceitação, pelo CE, do mapa de exames. Nesta reunião, foram impedidos de participar os furas, pois estes são indivíduos que não se submetem às decisões democráticas da maioria dos estudantes. Esta medida já tinha sido aprovada numa RGA anterior.

De várias propostas postas à votação, foi aprovada uma, apresentada pelos 4º, 5º e 6º anos, que propunha uma greve de zelo, a qual consistia na ida de todos os estudantes às aulas, ocupando parte do tempo destas com discussões dos problemas que afectam os estudantes como sejam os programas mínimos, a grande

frequência das aulas e consequente deficiência de instalações.

Os professores e continuos chegam a pedir aos alunos para não se inscreverem nas aulas, pois não há lugar para meter tanta gente, etc...

No seguimento desta proposta da RGA os cursos têm-se organizado em torno das suas estruturas associativas. Assim o 1º Ano decidiu não ter Comissões de Curso eleitas mas sim Comissões de Curso abertas a todos os estudantes que queiram trabalhar na defesa dos seus interesses (como em Ciências).

Os alunos do 1º Ano já conseguiram que algumas das folhas que eram dos SS passassem para as mãos dos estudantes, estando também neste momento a tratar do problema levantado pela existência dos

programas mínimos, medida ultimamente adoptada pelos professores para obrigarem os estudantes a irem às aulas, pois há uma matéria mínima que vem sempre para exame quer tenha sido dada ou não (...).

No 2º Ano, embora ainda não tivessem começado as aulas estava marcada uma reunião de curso que se decidiu não realizar devido às inscrições para as práticas sendo os estudantes obrigados a permanecer numa bicha por largas horas.

O 3º, 4º, 5º e 6º Anos puseram comissões de curso e leitadas onde se tem tratado problemas referentes à aplicação da Reforma. Nestes anos está a levantar-se o problema das faltas, pois estas embora já tivessem sido anteriormente abolidas pelos estudantes, pela aplicação da Reforma voltam a existir.